

MANIFESTO DOS USUÁRIOS DA ESCRITA¹

Élie Bajard²

A linguística clássica

A linguística constitui-se, no início do século XX, como uma ciência capaz de descrever a totalidade das línguas, inclusive aquelas desprovidas de representação escrita.

Para tanto, a linguística construiu uma metodologia endógena, interna à língua oral, independentemente dos vínculos que ela tece com a manifestação escrita, nem sempre existente.

As unidades da língua oral foram definidas em relação ao significado. Em um primeiro nível – *primeira articulação* – a unidade veicula um significado (por exemplo, a palavra sonora *pá*). Em outro – *segunda articulação* – outra unidade, denominada *fonema*, mesmo sem possuir significado, tem a capacidade de produzir, por substituição, uma mudança de sentido (*pá* se torna *lá, cá, má, dá, já, lá, vá, chá*).

A linguística se prevaleceu desses resultados para descrever a escrita: o *grafema* foi definido por sua referência ao *fonema*. Por ser constituída de unidades não diretamente ligadas ao significado, a língua escrita parece não se beneficiar de um estatuto de língua pleno, tal qual a língua oral.

Assim sendo, a linguística deixa de recorrer à metodologia por ela mesma forjada: não submete a escrita a uma análise fundada na função simbólica (no significado), ou seja, a uma análise *endógena*, mas define a unidade elementar da escrita a partir da oralidade, isto é, faz uma análise *exógena*.

Como o grafema encontra sua razão de ser na sua correspondência com o fonema, a descrição da escrita fica, portanto, na dependência da descrição da oralidade.

Ora, desde que a comunicação por sinais utilizada pelos surdos foi reconhecida como língua, a dependência da análise da língua escrita nacional – que os surdos dominam – à língua oral – que os surdos ignoram – se torna abusiva.

Rumo à escrita contemporânea

A escrita é um instrumento que não se restringe às línguas alfabéticas, ela pertence a seus vários usuários disseminados no planeta, qualquer que seja a relação que instaure com a oralidade: escrita ideográfica (chinesa), escrita consonântica (árabe e hebraica) ou escrita arcaica sem língua oral conhecida (linear A grega, ainda não decifrada).

A escrita é uma manifestação da língua. Tanto quanto a fala, ela contempla um amplo leque de funções: instrumento de pensamento filosófico ou científico, ferramenta da memória, matéria literária e poética ou meio de comunicação.

As duas ordens, escrita e fala, participam de maneira própria da cultura; o uso da escrita diferencia profundamente as culturas letradas das culturas apenas orais.

¹ A primeira versão do *Manifesto dos usuários da escrita* publicada em 30/10/2009 encontra-se disponível em : <<http://corpo-sinalizante.blogspot.com.br/search/label/Artigos>>. Nessa versão, o autor amplia e renova seu conteúdo.

² Doutor em Linguística pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris. Atuou como adido linguístico da Embaixada da França no Brasil. E-mail : emebaj@uol.com.br

O sistema gráfico da língua sumeriana traduzia cada palavra por um *pictograma* específico: o triângulo pubiano para a palavra “mulher”, por exemplo. Mais tarde, as línguas semíticas que herdaram esse sistema passaram a designar cada palavra por uma combinação de cerca de duas dezenas de traços substituíveis, as *letras*, correspondentes às consoantes da língua oral.

Ao acrescentar relações vocálicas às consonânticas dos fenícios, os gregos concluíram a transposição do sistema fonológico rumo ao sistema gráfico. Tal sistema biunívoco – uma letra/um som – chamado alfabético se adequou a um maior número de línguas, sem perder a vantagem do uso de um conjunto pequeno de unidades substituíveis.

Por ser “mudo”, o espaço em branco entre as palavras dos fenícios não combinava com o sistema grego baseado na fonologia *EAESCRITAVIROUCONTINUA*.

Tanto nas línguas alfabéticas quanto nas semíticas, o texto escrito pode ser transmitido por dois canais, um visual (*texto gráfico*), outro vocal (*texto sonoro*). No entanto, não é esse o caso da língua dos sinais usada pelos surdos, que possui um único canal.

Se o texto sonoro é proferido em situação social mediante a voz de outro que impõe sua temporalidade, o texto gráfico é apreendido visualmente, diretamente no silêncio, a partir da sua exposição na superfície da página ou da tela.

Mesmo se as línguas alfabéticas estabelecem correspondências entre sons e *letras*, a equivalência plena entre o gráfico e o vocal existe apenas no nível do enunciado, quer esse último seja longo – vários capítulos ou parágrafos –, ou curto – uma frase, uma palavra (*pare!*), ou uma “letra” (*você diz a samba ou o samba?*).

Na Idade Média, as línguas latinas acrescentaram à *escrita contínua* marcas sem vínculos com os sons: principalmente o espaço em branco, mas também a “letra” minúscula, a pontuação, o parágrafo. Por ser a mais frequente das unidades, o espaço em branco reduziu profundamente o caráter fonológico da matéria escrita.

Uma análise linguística que leva em conta apenas as unidades em correspondência nos dois sistemas acarreta uma dupla redução:

- a prosódia, desprovida de correspondência visual, é deixada de lado;
- as marcas gráficas sem correspondências sonoras – “letra” /h/, espaço em branco, minúscula e pontuação – são negligenciadas.

Iniciar a análise da escrita por suas relações com a língua oral equivale a despojá-la de uma parte da sua função semântica e de seu estatuto de linguagem.

O reconhecimento social recente da cultura específica dos surdos leva ao questionamento de alguns princípios da linguística clássica:

- se os sinais dos surdos constituem uma verdadeira língua, é legítimo afirmar que nem todas as línguas são orais;
- a prática da escrita nacional pelos surdos testemunha a ausência da necessidade de recorrer à língua oral para apropriar-se dela;
- a unidade elementar da escrita não pode mais encontrar sua razão de ser na relação com o fonema;
- uma unidade elementar definida como visual se adéqua mais à prática silenciosa do surdo ou do leitor experiente do que uma unidade sonora.

Submeter a descrição da língua escrita às relações fonográficas deixa de levar em conta tanto as práticas das línguas não alfabéticas quanto o uso da língua escrita nacional pelos surdos. Essa atitude leva à imposição de uma visão particular, “ocidentalocêntrica” e “fonocêntrica” da língua escrita.

As mudanças ocorridas na Idade Média e a invenção da imprensa por Gutenberg transformaram um sistema gráfico composto por um alfabeto vinculado à fonologia em um sistema tipográfico constituído por caracteres, adequado à leitura silenciosa. Dando continuidade à mesma tendência, a tecnologia eletrônica de hoje – *tablet* ou *smartphone* – oferece aos dedos do usuário da escrita os cem caracteres que constam do sistema gráfico contemporâneo.

Nem todos os caracteres possuem a mesma frequência e conseqüentemente a mesma eficácia. Se o /&/ é pouco utilizado, não é esse o caso do espaço em branco: a inclusão desse último no sistema gráfico durante a Idade Média possibilitou a leitura silenciosa. Por sua vez, a alternância da dupla caixa (maiúscula & minúscula), que marca a fronteira da frase, tornou-se um índice gramatical primordial.

Se é legítimo afirmar que *língua escrita* e *língua oral*, por serem interligadas, pertencem a uma mesma organização, ou seja, a uma mesma língua que as engloba, a especificidade da matéria gráfica moderna e seu uso silencioso acarretam hoje uma autonomia da escrita equivalente à da língua oral.

Essas diversas características justificam uma descrição linguística não atrelada à manifestação oral.

Descrição endógena

Todos os sistemas gráficos, apesar de sua diversidade, possuem características comuns que uma linguística geral da escrita pode ambicionar descrever. Uma linguística baseada apenas nos resultados obtidos pela análise da fala não contempla essa finalidade, já que não tem condições de descrever uma língua desprovida de manifestação oral, tal qual a língua dos sinais.

Numa visão sincrônica, definir a unidade da escrita (grafema) a partir da unidade da língua oral (fonema) é apenas um postulado possível. Pode-se também dizer o inverso: numa língua morta (latim), as unidades orais desaparecidas devem ser definidas a partir do sistema gráfico existente. É necessário acrescentar que, no mundo da surdez, nem um postulado, nem o outro são operacionais.

Graças a uma descrição endógena – relativa ao significado – a linguística clássica liberou historicamente a língua oral da dependência da escrita. Realizando agora um exame endógeno da escrita, é possível libertar o sistema gráfico da dependência da análise da oralidade.

Por um lado, a extensão à língua escrita de uma análise endógena, inventada para descrever a língua oral, aumenta a potência dessa análise. Por outro lado, tal análise também coloca em xeque a análise exógena da língua escrita.

A comparação entre a língua escrita e a língua oral é legítima e necessária, mas a aproximação entre elas se torna mais coerente se for realizada após uma análise endógena distinta das duas, isto é, sem colocar uma na dependência da outra.

Em função das línguas - alfabéticas, silábicas, ideográficas - cada significante gráfico possui uma taxa determinada de *isomorfismo* com o significante sonoro. Entre as línguas “alfabéticas”, o português é mais isomorfo do que o francês, e muito mais do que o inglês.

Dado que o grafema é definido por sua relação com o fonema, ele não pode ser a unidade suscetível a fundamentar a leitura silenciosa. Resgatamos, então, o patrimônio da imprensa, que desde Gutenberg compõe textos com caracteres. A imprensa transformou o conjunto de letras da “escrita contínua” em conjunto de caracteres – tanto os “mudos”, quanto os “sonoros” – inscritos em tipos de chumbo. Consideramos esses caracteres as unidades distintivas (segunda articulação) do sistema gráfico.

Esses caracteres se apresentam separados na linha do texto por um “espacinho”, réplica do espaço em branco que limita as palavras. O diacrítico (agudo, crase, til ou circunflexo), encapsulado no mesmo compartimento, faz parte do caractere.

Essa análise recebe confirmação das máquinas eletrônicas, *smartphones* e *tablets*, com teclado virtual que torna acessíveis a um toque do dedo seus caracteres pré-formados como, por exemplo, os cinco caracteres que recorrem à figura /a/ tais como: /a/, /á/, /à/, /ã/, /â/. Não é o caso do teclado físico do computador.

Mas o critério preponderante para a escolha do caractere como unidade vem do fato de que a troca de um caractere por outro tem efeito sobre o significado: completa a palavra, transforma-a ou a destrói. É assim que a palavra *mãe* se transforma em *mão* pela troca do /e/ pelo /o/, sem pedir ajuda à fonologia e sem alterar o /ã/.

A substituição de um caractere provoca as seguintes mudanças:

- de *manha* para *manhã*
- de *bom* para *bem*
- de *sol* para *sou* ou *som*
- de *maca* para *maça* ou *maçã*
- de *rosa* (flor) para *Rosa* (pessoa)
- de *a* (*o juiz atribui a filha à irmã*) para *há*, *ah*, *á* e *à* (*o juiz atribui à filha a irmã*)

O caractere se torna, assim, **a menor unidade visual capaz de acarretar uma mudança de significado**. Essa abordagem acaba reintroduzido o sentido na unidade elementar da escrita.

Se tanto o /h/ quanto o /c/ podem conferir à concatenação de caracteres /omem/ o estatuto de palavra – *homem* ou *comem* –, é coerente atribuir a função semântica – como ocorre no /h/ – também ao valor visual do /c/.

Se todos os caracteres se endereçam ao olho, apenas uma parte deles se remete aos sons. O código fonográfico é um subconjunto do código tipográfico, ou seja, ortográfico.

Todos os caracteres têm uma função significativa, isto é, ideográfica. Enquanto unidades visuais, todos são componentes de signos. O conjunto dos caracteres – como aparece no *tablet* – constitui a matéria do sistema gráfico.

A uma linguagem apreendida pelos olhos é legítimo atribuir unidades visuais que tenham vínculos com o significado, isto é, considerar que a escrita possui *uma segunda articulação*.

O sistema ideográfico, por reunir todos os caracteres mediante sua função visual, não comporta exceções e conseqüentemente é o mais geral. O sistema fonográfico, por conter muitas irregularidades no que diz respeito à biunivocidade – casamento monogâmico entre uma “letra” e um som – não pode pretender a mesma envergadura.

A evidência do valor sonoro de uma “letra” pode levar ao esquecimento da sua função visual, a qual é patente, por exemplo, no termo *pirarara* com a sua característica sucessão de /a/. Cabe, portanto, afirmar que os vínculos que os caracteres de uma língua alfabética tecem com os fonemas não neutralizam a função visual da matéria gráfica, mas se acrescentam a ela.

Tanto a configuração gráfica na língua sonora quanto a configuração fonológica na língua escrita garantem o significado. Já que a percepção é visual, a apreensão da configuração gráfica, mesmo implícita, serve de matriz à organização fonográfica.

Por possuir uma dupla articulação e uma matéria própria – gráfica –, a escrita não pode ser reduzida à mera transposição da oralidade obtida por relações fonográficas. A ordem gráfica possui um estatuto de língua plena.

Dado que o caractere e o fonema remetem ao mesmo significado, podemos dizer que o signo linguístico é composto de três entidades: um significado, um significante sonoro – ou sinalizado, no caso do surdo – e um significante gráfico. Cada uma das três, individualmente, tem a capacidade de ativar na memória a totalidade do signo.

Se a palavra gráfica *se dá a ver* de maneira distinta graças ao espaço em branco, a palavra sonora, embutida na prosódia, *não se dá a escutar* separadamente. A gramática da língua se expressa de maneira específica nas duas ordens.

Mundo da surdez

A língua usada pela comunidade surda é a língua dos sinais, língua natural – produzida por uma comunidade – que não possui manifestação sonora nem gráfica.

Como os surdos têm acesso visual à língua escrita nacional, essa se torna a língua de intercomunicação entre surdos e ouvintes.

Os surdos possuem um código manual para “datilologiar” as palavras da língua nacional; cada caractere - e não cada fonema - é associado a uma configuração da mão. A língua de sinais se vale, assim, de inúmeros termos formados por caracteres transpostos pela mão, que estabelecem costuras entre ela e a língua nacional, mesmo que uma parte da comunidade surda rejeite esse uso por se assemelhar a um empréstimo linguístico.

Uma língua que se endereça aos olhos não pode ser a propriedade exclusiva das comunidades ouvintes, mas pertence ao conjunto de seus usuários. A língua escrita nacional pertence também aos surdos.

Como a escrita nacional contemporânea possibilita a leitura visual dos surdos, a abordagem fonográfica – mediante a língua sonora dos ouvintes – deixa de ser o único modelo.

De fato, o caractere /h/ do português, longe de ser uma exceção, manifesta o sistema visual subjacente ao qual obedecem todos os caracteres. Em vez de ser apenas uma ilha alheia ao oceano fonográfico, a palavra *homem* com /h/ mudo deve ser vista como manifestação de um continente ideográfico encoberto.

Desse ponto de vista, a abordagem visual da escrita pelos surdos é o testemunho do funcionamento silencioso da escrita, mascarado pelas relações fonográficas. Em lugar de ser parcial, imperfeita, precária, a prática do surdo pode servir de modelo aos ouvintes.

A maneira de ler e de aprender a ler do surdo questiona vários pressupostos das didáticas vigentes endereçadas aos ouvintes tais como:

1. as letras fazem sons e não sentido.
2. o sistema ortográfico é o resíduo da análise prévia das relações da escrita com a língua oral.
3. a via indireta - que vai do visual ao significado mediante o sonoro - liberta o aprendiz da necessidade de memorizar as formas gráficas das palavras.
4. a via direta – que vai do visual ao significado, sem transitar pelo mundo sonoro – é requerida apenas quando a isomorfia é conturbada – como em “etc.” Ao contrário, a via indireta, que transita pelo mundo sonoro, opera quando a palavra obedece às regras fonográficas – *casa*.

Ao contrário, dizemos:

- em relação aos pressupostos 1 e 2, todas as unidades gráficas, os caracteres, possuem um valor visual, isto é, ortográfico e todas têm função semântica. Na palavra *houve*, apenas quatro unidades possuem um valor sonoro, mas as cinco possuem um valor ideográfico.
- em relação ao pressuposto 3, a aprendizagem de uma língua estrangeira supõe a apropriação de um significante novo para cada item lexical; igualmente na aprendizagem da escrita é imprescindível integrar um significante visual – isto é ortográfico – ao signo sonoro conhecido. Se as relações fonográficas podem facilitar a integração da ortografia à palavra, podem também mascarar a necessidade dessa integração, levando o aprendiz a se satisfazer com a extração da pronúncia.
- em relação ao pressuposto 4, uma palavra gráfica por ser isomorfa com a palavra sonora *pirarara* não perde sua configuração visual, nem conseqüentemente a possibilidade de ser reconhecida pelo olho, único procedimento utilizado pelos surdos.

No que diz respeito ao mundo do surdo, remeter a unidade mínima da escrita a uma unidade sonora alheia à sua cultura é uma manifestação hegemônica da cultura “oralista”.

Como a escrita é uma língua de intercomunicação entre ouvintes e surdos, ela é patrimônio comum e os ouvintes não podem submetê-la a seus pressupostos “ad hoc”. É preciso adotar uma análise linguística que dê conta do conjunto de seus usuários, ouvintes e surdos.

Aprendizagem

Fazer da transposição dos grafemas em fonemas a operação elementar da leitura acarreta a exclusão das práticas de ler de uma grande parte dos usuários da escrita (chineses, árabes, surdos).

As instituições educacionais das nações têm a responsabilidade de providenciar para todos – quer seu sistema gráfico vigente corresponda ou não a uma língua oral – a capacidade de “tomar solitariamente conhecimento de um texto gráfico desconhecido”. Essa competência esperada pela sociedade e medida pelas avaliações internacionais (PISA) é a finalidade a ser perseguida pela escola.

Dado que as correspondências fonográficas operam sobre a palavra já individualizada graças ao espaço em branco “mudo”, qualquer metodologia de aprendizagem da escrita deveria reconhecer que, em leitura, o tratamento da palavra é fundado nessa operação inicial ideográfica.

Ensinar a escrita a partir de relações fonográficas leva a reduzir uma prática de linguagem ao manuseio de unidades sem vínculo direto com o significado. Quando a “letra” /e/ de *mãe* é relacionada apenas ao fonema /ãe/, ela é desconectada do significado; apenas produz som em vez de ser tida como o cerne da mudança de sentido de *mão* para *mãe*.

A intuição que levou Célestin Freinet a introduzir a imprensa na sala de aula, tendo em vista enraizar a aprendizagem em uma prática de comunicação, acarretou também a composição tipográfica silenciosa do texto a ser impresso.

A língua escrita recorre hoje a novas tecnologias, *smartphone* e *tablet*. Muitas das suas ferramentas – teclado, corretor ortográfico, cópia, colagem, previsão de texto, scanner etc. – operam a partir da configuração gráfica, sem trânsito pela dimensão sonora.

Conclusão

Efetuar uma descrição endógena da língua escrita traz várias vantagens:

- permite reconhecer o estatuto de língua à escrita, na medida em que lhe garante sua autonomia.
- atribui à língua escrita uma segunda articulação, constituída de unidades – os caracteres – capazes de *acarretar uma mudança de significado* segundo o modelo da configuração dos fonemas na oralidade.
- introduz a função semântica no nível mais profundo da análise, ou seja, no *nível do caractere*.
- atribui um caráter geral à linguística da escrita, na medida em que a descrição se refere a pressupostos aplicáveis a todas as escrituras, e não somente às tipográficas.
- estabelece uma análise da escrita idêntica por parte de ouvintes e de surdos, aproximando as duas comunidades.
- torna coerente a comparação entre as manifestações escrita e oral da língua, desde que ambas sejam pré-analisadas de maneira endógena.
- justifica uma abordagem silenciosa da escrita fundada em atos visuais de linguagem.

As representações fonocêntricas da cultura ocidental levam a escola a ensinar o funcionamento alfabético da escrita e a desprezar sua matéria tipográfica. Desse modo, minimizam a função de linguagem da escrita. É legítimo, então, relacionar essas representações ao duplo fracasso da escola. De um lado, muitos alunos sabem extrair a pronúncia sem poder extrair o significado, permanecendo analfabetos funcionais. Por outro lado, mesmo pessoas com razoável capacidade de leitura não dominam suficientemente a ortografia da língua portuguesa.

Considerar o caractere tipográfico a menor unidade da escrita capaz de produzir uma diferença de significado – maça/maçã – possibilita introduzir o sentido no âmago não somente da análise da escrita, mas também de uma aprendizagem destinada, ao mesmo tempo, aos surdos e aos ouvintes.

Recebido em agosto de 2013.
Aprovado em setembro de 2013.